Cadernos de Gênero e Tecnologia
ISSN: 2674-5704

https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt

# Conversando sobre gênero, cuidado e educação: no coração da sala de aula

**Eliane Basilio de Oliveira**
E-mail: lilibasilio@yahoo.com.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3887-0880
Pesquisadora independente

## RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar as contribuições da pesquisadora Marília Pinto de Carvalho para a compreensão das relações de gênero na educação, com destaque para o papel do cuidado e da afetividade no trabalho docente. A partir de suas reflexões, o texto discute como habilidades historicamente associadas à feminilidade são incorporadas às práticas pedagógicas e, contraditoriamente, contribuem para a desvalorização profissional das professoras. O trabalho aborda também as desigualdades de gênero na socialização de meninos e meninas, seus efeitos na trajetória escolar e o agravamento dessas diferenças durante a pandemia de Covid-19. Por fim, destaca a importância da formação docente para o enfrentamento do machismo, do racismo e das discriminações no ambiente escolar, bem como a atuação de professoras e pesquisadoras na construção de práticas educativas mais igualitárias e na resistência a políticas que deslegitimam as discussões de gênero na escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações de gênero. Educação. Trabalho docente. Cuidado. Formação de professores.

No dia 30 de setembro de 2020, o projeto “Conversando Sobre”[1] teve a participação de uma das maiores pesquisadoras brasileiras da área da Educação, a professora Marília Pinto de Carvalho[2]. Historiadora de formação, ela é livre-docente sênior e atua na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), com pesquisas na área de educação e relações de gênero. Em 1999, como resultado de sua tese de doutorado, publicou o livro “No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais”, pela editora Xamã.

O principal objeto de sua pesquisa foi o cuidado dispensado pelas professoras na educação nas séries iniciais. A partir da fundamentação dos estudos de gênero, ela observou que o cuidado é um conjunto de práticas socialmente construídas que está associado à característica de feminilidade na sociedade. Ela aponta que as habilidades e saberes incorporados pelas mulheres em seu processo de socialização no espaço doméstico se expressam no cuidado realizado pelas professoras, que estabelecem uma relação afetiva com as crianças, construindo uma visão ampla sobre elas - um olhar individualizado que permite que se conheça sua totalidade, proporcionando um grande diferencial no desenvolvimento da educação.

Segundo ela, nos anos 1980, com o processo de profissionalização da profissão, as características consideradas femininas levadas para a educação eram consideradas erradas. Naquela época, defendia-se uma postura técnica, profissionalizada, pois considerava-se que as professoras trabalhavam de forma amadora. Numa época em que se buscava a profissionalização, envolver-se afetivamente era negativo, pois era sinal de incompetência técnica.

Sua tese, no entanto, destaca a importância desse envolvimento afetivo das professoras, que ocorre a partir da ideia de cuidado. Quando ela estudou essa questão no doutorado, percebeu que a principal diferença em relação ao fundamental e aos demais níveis de ensino é que as professoras tinham um envolvimento muito grande com seus alunos. Dessa forma, o cuidado também faz parte dessa ação profissional. Ela defende então a necessidade do afeto e do cuidado na construção da aprendizagem.

Conforme a pesquisadora, essas são características ensinadas para as mulheres na sociedade e são usadas aqui para desvalorizar o seu trabalho como professoras. Elas acabam recebendo baixos salários devido a esses motivos. Marília defende que a educação fundamental exige que homens e mulheres desenvolvam o cuidado para que a aprendizagem seja bem-sucedida.

Em 2018, ela realizou uma nova pesquisa, no momento em que a ideia de profissionalização da educação passava por um processo ainda mais radical no Estado de São Paulo, com a incorporação de elementos de gerenciamento empresarial nas escolas. Dessa forma, o cuidado que as professoras realizam num processo de educação passou a ser uma estratégia de resistência ao próprio modelo empresarial e impessoal imposto às escolas. Isso porque, conforme defende a pesquisadora, o cuidado vai além dos resultados financeiros, já que promove a humanização no trabalho de formação na educação.

Além disso, as professoras mantêm a dimensão feminina do cuidado que proporciona a elas o prazer em ensinar, que está além dos resultados financeiros. Segundo Marília, elas não trabalham apenas pelo salário, mas pelos resultados humanos que sua atividade proporciona. Apesar disso, a pesquisadora destaca que não se trata de não dar importância ao salário na educação, pois ele é um fator importante na valorização do trabalho. Apesar disso, o cuidado transcende as relações meramente salariais.

A pesquisadora reforça essa ideia ao citar a pandemia do coronavírus, que obrigou os governos a suspender as aulas presenciais durante o ano de 2020. Segundo ela, uma aprendizagem afetiva só pode ser realizada de maneira presencial - ela não pode ser substituída nem por robôs, nem pela internet, como ficou evidente no período de aulas remotas. A socialização é essencial, sobretudo na educação fundamental.

Marília afirma que as professoras, mesmo com todas as dificuldades que lhe foram impostas devido à pandemia, principalmente por causa das limitações tecnológicas vivenciadas pela escola pública, criaram estratégias para se comunicar com a comunidade. Entre os exemplos, destaca o uso de carro de som para avisar as pessoas nas ruas dos bairros da comunidade para que os alunos e alunas buscassem na escola as atividades e conteúdos pedagógicos; criou-se também grupos de Whatsapp para levar informações até os pais e alunos e alunas.

Apesar desses exemplos positivos, Marília evidencia os impactos negativos da pandemia sobre a educação pública brasileira a médio e longo prazos. Uma das consequências será o aumento da evasão escolar. A pesquisadora conta que a evasão já foi observada em países africanos que vivenciaram epidemias anteriores - como a do vírus ebola. Em países que sofreram outras epidemias - principalmente os de cultura muçulmana, houve evasão escolar das meninas. Nesse caso, as motivações sanitárias se somaram a questões culturais. No caso do Brasil, a expectativa é de que a evasão atinja principalmente os meninos.

Segundo a pesquisadora, no Brasil não há atualmente atraso na relação série-idade entre as meninas, que também são maioria no ensino superior. Para ela, a evasão vai atingir fortemente os meninos porque são eles que apresentam uma relação mais frágil com a escola. Marília já havia observado essa característica antes mesmo da pandemia, por meio de pesquisas que realizou com a escola pública: os meninos têm mais dificuldade de estabelecer uma relação positiva com a escola. Isso se deve à forma de socialização diferenciada que ocorre entre as crianças em casa. As meninas, desde muito jovens, ajudam a cuidar dos irmãos e a tomar conta das atividades da casa. Os meninos, por sua vez, são incentivados a brincar na rua, não tendo obrigações domésticas. Dessa forma, a escola é um atrativo para as meninas porque proporciona espaço para que elas façam algo para si mesmas, dando a possibilidade de encontrar alguém de sua idade. Apesar do conhecimento não ser o primeiro atrativo para as meninas, a escola é vista de maneira positiva por elas e assim se torna um espaço para o aprendizado.

Para os meninos, a escola significa privação de liberdade, pois impõe disciplina - enquanto, para as meninas, representa o oposto; eles têm dificuldade de se manter na escola devido às diferenças de socialização de gênero. Segundo a pesquisadora, por esta razão, os meninos passam a formar a turma indisciplinada do “fundão” da sala de aula. A evasão não está ligada, como se poderia supor, à exploração do trabalho dos meninos em idade ainda muito jovem, mas a questões ligadas à diferença de socialização, que causam baixa produção, problemas disciplinares e geram desinteresse na escola.

Isso ganhou um contorno mais nítido na pandemia, com a dificuldade que eles têm em se atrair pela escola. No caso das meninas, pesquisas mostram que elas estão sofrendo mais com a permanência em casa: aumentaram o trabalho doméstico, a violência e a exploração sexual. As mães estão em casa ou voltaram para suas atividades fora dela, e as meninas ficaram sobrecarregadas - sendo que essa situação foi acentuada com a pandemia.

Marília pesquisa relações de gênero na escola há 25 anos. Segundo ela, existem avanços nessa área, pois a discussão sobre as relações de gênero foi se ampliando na sociedade. Conforme o depoimento da pesquisadora, falava-se muito pouco sobre gênero na escola. Mesmo na pesquisa acadêmica, nos seminários e encontros, discutiam-se temas como a formação de professores, aprendizagem, disciplina - e se sobrasse tempo, fazia-se uma mesa para discutir relações de gênero e diversidade.

De acordo com Marília, essa situação mudou bastante devido à atuação das mulheres pesquisadoras, trilhando o caminho aberto pelo movimento feminista e pelo movimento LGBT[3]. A pesquisadora argumenta que essa discussão chegou às escolas, à mídia, mas vem sofrendo reações de grupos reacionários, que tentam desqualificar e demonizar as discussões de gênero na escola, afirmando de maneira mentirosa que esta seria uma ação para sexualizar as crianças e convencer as pessoas a se tornarem homossexuais.

Para Marília, trata-se de afirmações falsas usadas para desqualificar a luta por igualdade, por respeito e liberdade, para que todos possam expressar seus desejos. Segundo a pesquisadora, as pessoas precisam de informação, de educação sexual para além da família, para que os meninos e as meninas aprendam que seu corpo precisa ser respeitado - e que nenhum adulto pode violá-lo. É no espaço da escola que essa aprendizagem deve ser realizada.

“A escola é o espaço de proteção para crianças e adolescentes. Muitas vezes é na conversa com a professora que a menina vai ter liberdade de contar o que está acontecendo com ela na sua família. A professora vai poder ir além de ensinar a ler e contar; vai poder tomar medidas protetivas, como entrar em contato com o conselho tutelar para garantir os direitos e a proteção das meninas que estejam sofrendo violência física e sexual, pois na maioria das vezes o agressor é uma pessoa conhecida, próxima ou da própria família. A escola tem um papel importante na proteção dos direitos das crianças, principalmente na periferia, onde elas estão mais vulneráveis”, afirma a pesquisadora.

Segundo ela, a situação de violência vivenciada pelas crianças perpassa as classes sociais. Mas as crianças periféricas são as mais vulneráveis. Na escola, a criança tem contato com a professora, pessoa adulta que pode manter esse canal de comunicação - entre a comunidade e a escola. “Para que esta ação da escola ocorra, é necessário investir na formação, em todo o território nacional, de professores e professoras para que eles/elas estejam preparadas/os para discutir gênero, sexualidade, discriminação, corpo, relações raciais e identidade de gênero”, defende a pesquisadora. Ela relata que esses cursos vinham sendo realizados, ainda que de forma limitada, até 2015. São cursos que precisam estar presentes na formação inicial e continuada dos/das docentes. As discussões dessas temáticas não podem ser resumidas a palestras ou aulas pontuais. Ela conta que esses cursos, que foram realizados nacionalmente, ainda que de forma limitada, trouxeram muitos avanços para as discussões na escola. Porém, desde 2015 não se desenvolvem cursos de formação para essas temáticas - principalmente com um governo marcado por retrocessos e que demoniza as discussões de gênero no espaço escolar e que tem como ministro da educação uma pessoa com posicionamentos homofóbicos, fazendo com que essa discussão seja marcada pelo ódio, e muitos pais desinformados têm incorporado esses posicionamentos contrários à discussão de gênero na escola. Mas a escola continua resistindo.

“Não é a gente que leva o gênero para a escola. Não tem ninguém introduzindo o gênero na escola. Na verdade, ele já está em todos os lugares da

sociedade humana. Porém, ele está colocado do pior jeito possível. Ensinando que os meninos precisam ser violentos, que eles precisam desafiar a escola e a professora, muitas vezes se dando mal em termos de desempenho, de desenvolvimento, pois é ensinado que o homem é aquele que enfrenta, que faz bagunça e é indisciplinado. Não pode ser quietinho, reproduzindo uma série de características da masculinidade opressora e também ensinando meninas que elas não são inteligentes, que não têm capacidade, que devem ser submissas, que não devem acreditar em si mesmas, que não podem fazer suas próprias regras, que devem ficar caladas, que não podem ser lideranças, que não têm capacidade para o desenvolvimento da racionalidade matemática", relata.

De acordo com a pesquisadora, a escola precisa refletir sobre essas construções - e desconstruir esses discursos de masculinidade e feminilidade. Portanto, as professoras e os professores precisam de formação para poder fazer essa discussão, e assim abrir espaços para que o desenvolvimento seja possível tanto para os meninos, quanto para as meninas, ocupando todos os espaços e realizando todas as atividades possíveis de maneira igualitária. "Que as meninas e os meninos possam fazer as atividades que eles quiserem", defende.

A pesquisadora afirma que, apesar de estamos vivenciando um momento de retrocessos, há um crescimento importante de coletivos de meninas nas escolas que estão se organizando e reivindicando espaço, direitos iguais e respeito a suas opções dentro dos estabelecimentos de ensino - e isso é reflexo dos avanços que ocorreram nas últimas duas décadas e que foram interrompidos recentemente com o atual governo. Segundo Marília, há um movimento importante da juventude que está trazendo gente muito mais lutadora e plena de seus direitos - conquistados e não dados. Tem muita gente lutando na escola, reivindicando a democratização do espaço. Ainda existe uma luta muito grande para os direitos avançarem - principalmente para as meninas.

Conforme a pesquisadora, existem pesquisas que mostram que as meninas são mais punidas na escola do que os meninos. Elas são punidas por namorar, mas os meninos não são. Elas são punidas pelas roupas que estão vestindo, enquanto eles não. Essas diferenças de tratamento reproduzem as desigualdades de gênero. "As discussões de gênero precisam ser incorporadas por todas as pessoas da escola: professores, coordenadores, diretor, funcionários de uma maneira geral. É necessário realizar um trabalho conjunto na escola para transformar a cultura do racismo e do machismo - e esse é um trabalho muito lento", explica ela.

Apesar dessa demanda, é difícil inserir essas discussões na formação inicial na educação. É um dos campos mais difíceis de avançar. Segundo ela, mesmo na Faculdade de Educação da USP não há ninguém na graduação que tenha qualificação para discutir essa temática. Não existe uma matéria obrigatória sobre o tema - e ele não deve ser abordado em matéria eletiva ou optativa. O próprio posicionamento do ministro da Educação e do governo federal de demonização da discussão de gênero dificultou ainda mais e não trouxe legitimidade legal para o desenvolvimento de uma disciplina obrigatória que pudesse discutir essas temáticas. Ela depende da boa vontade da professora ou professor para realizar essa reflexão crítica.

De acordo com a pesquisadora, a discussão que chega na escola na atualidade é realizada a partir de atividades extras e informais que as professoras fazem. Essas atividades têm sido muito importantes, mesmo realizadas na informalidade, pois muitas vezes se criam redes de professoras feministas, que vão contando suas experiências e as vão introduzindo em seus projetos com crianças de escolas

públicas. Tem muitas coisas acontecendo numa ação de resistência dentro das escolas, mas elas são fluidas, pouco visíveis, por defesa das professoras que não querem se expor para evitar represálias. Ela está acontecendo na resistência no dia a dia da escola, na sala de aula. Principalmente no formato presencial. No modelo remoto, as coisas ficam ainda mais difíceis. São exemplos dessas formas de resistência trabalhos que mostram as atividades das mulheres cientistas, que realizaram ações extraordinárias e fora do padrão, além de mulheres negras que fizeram história.

Conforme a pesquisadora, a discussão de gênero deveria ser obrigatória - assim como é obrigatória a discussão sobre a história afro-brasileira, que é resultado da luta do movimento negro, que conseguiu inserir a discussão sobre o racismo e sobre a questão indígena na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)[4]. "É preciso formalizar esse debate para brigar por esse espaço na escola. A discussão de gênero na escola vem sendo realizada pelas pessoas que têm a clareza sobre a importância dessa temática, introduzindo-a na política educacional nas disciplinas de sociologia, de história da educação nos cursos de formação. Essa discussão tem que se tornar uma disciplina para que o tema não seja excluído quando a pessoa não estiver interessada nesse assunto", afirma.

Marília destaca que dentro das universidades vem ocorrendo esse tipo de discussão como forma de resistência, como nos grupos de estudos - dentre eles o grupo liderado por ela há mais 20 anos, o Grupo de Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual (Edges), que publicou em 2020 o livro "Gênero e Educação: 20 anos construindo conhecimento" (editora Autêntica), organizado por Cláudia Vianna e Marília. O trabalho agrega a produção realizada por pessoas que passaram pelo grupo, pela graduação e pela pós-graduação da USP e que estão levando as discussões para todos os lugares no Brasil: para as universidades, escolas, territórios quilombolas, associando pesquisa teórica e empírica sobre a realidade das escolas e que contribuem na formação de professores e suas práticas.

Marília afirma que esse trabalho é realizado com prazer e amor, mesmo sob sua condição de aposentada. "É trabalho que a gente faz porque tem a certeza de que está contribuindo para mudar o mundo na direção que nos interessa: um mundo com mais igualdade de direitos". Ela afirma que não pretende parar. "A gente não está apenas trabalhando por aquilo que a gente ganha. A gente faz o trabalho que deseja e que dá sentido para nossa vida. É um privilégio poder dizer que o trabalho não é só para sobreviver. Ele é importante para a sobrevivência, mas vai além. Trabalho porque eu gosto, porque eu estou ajudando a levar o mundo na direção que acho importante. É isso o que as professoras na escola pública estão fazendo. As professoras dizem: 'O trabalho faz sentido, gosto dos alunos, vejo os resultados'. Essa postura das professoras na educação infantil está associada à feminilidade. Ensinar para a criança só é possível quando se gosta de criança. O amor à profissão está associado ao amor às crianças. É preciso olhar para as crianças e desejar o mesmo cuidado e educação que deveria ter para seu filho. A educação envolve uma preocupação com os conteúdos, com a aprendizagem, com o desempenho - com o todo da criança. Essa dimensão que é associada à feminilidade precisa ser valorizada. Os professores homens, neste nível de ensino, também precisam dessa característica. Todos/as os/as que trabalham com ensino para criança precisam desenvolver essas características do cuidado. Na opinião dela, é o mais bonito do trabalho. É o que fazem nesse momento as professoras que estão trabalhando em casa, que ficam 'malucas' em casa tentando

dar conta dos alunos e das famílias de seus alunos, e da tecnologia. Mesmo sobrecarregadas, elas sentem saudades de estar junto com as crianças".

Apesar das dificuldades que ocorrem nos dias de hoje por conta da política de destruição imposta pelo governo federal para as áreas sociais, a professora acredita que o desenvolvimento de programas ligados à educação das relações de gênero na escola deverá continuar – não porque existe um apoio institucional nacional mas pelo próprio esforço das professoras e pesquisadoras, que, por meio de grupos e de pesquisas nas universidades, têm mantido a esperança de manter um trabalho que é realizado "no coração da sala de aula", capaz de resistir e transformar as escolas brasileiras.

# Talking about gender, care and education: at the heart of the classroom


## ABSTRACT

The aim of this article is to present the contributions of researcher Marília Pinto de Carvalho to the understanding of gender relations in education, with particular emphasis on the role of care and affection in teaching. Drawing on her reflections, the article discusses how skills historically associated with femininity are incorporated into pedagogical practices and, paradoxically, contribute to the professional devaluation of female teachers. It also addresses gender inequalities in the socialization of boys and girls, their effects on school trajectories, and the exacerbation of these differences during the COVID-19 pandemic. Finally, it highlights the importance of teacher education in addressing sexism, racism, and discrimination in the school environment, as well as the role of female teachers and researchers in developing more egalitarian educational practices and resisting policies that undermine discussions of gender in schools.



**KEYWORDS:** Gender relations. Education. Teaching profession. Care. Teacher education.


# Hablando sobre género, cuidado y educación: en el corazón del aula


## RESUMEN

El objetivo de este artículo es presentar las contribuciones de la investigadora Marília Pinto de Carvalho a la comprensión de las relaciones de género en la educación, con especial énfasis en el papel del cuidado y el afecto en la labor docente. A partir de sus reflexiones, el artículo analiza cómo las habilidades históricamente asociadas a la feminidad se incorporan a las prácticas pedagógicas y, paradójicamente, contribuyen a la desvalorización profesional de las docentes. También aborda las desigualdades de género en los procesos de socialización de niños y niñas, sus efectos en las trayectorias escolares y la intensificación de estas diferencias durante la pandemia de COVID-19. Finalmente, destaca la importancia de la formación docente para afrontar el sexismo, el racismo y la discriminación en el entorno escolar, así como el papel de las profesoras e investigadoras en el desarrollo de prácticas educativas más igualitarias y en la resistencia a las políticas que socavan los debates sobre género en las escuelas.



**PALABRAS CLAVE:** Relaciones de género. Educación. Profesión docente. Cuidado. Formación docente.

## NOTAS

[1] Projeto Conversando Sobre, coordenado pela professora Drª. Lindamir Salete Casagrande e pelo futuro Dr. Michel Alves Ferreira, pesquisadores membros do Núcleo de Gênero e Tecnologia – GeTec da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

[2] Conversa realizada na página do Facebook de Lindamir Salete Casagrande, em 30 de setembro de 2020. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=2336212013190753&id=100004059321062&sfnsn=wiwspwa

[3] A terminologia mais atualizada é (LGBTI+) para designar a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual (LGBTI+) e o símbolo + foi incorporado à sigla LGBTI para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, conforme Manual de Comunicação LGBTI+. REIS, Toni (org.) **Manual de Comunicação LGBTI+** (2018). Disponível em: https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf. Acesso em:03/09/2021.

[4] O ensino da "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" se tornou obrigatório nos estabelecimentos de ensino públicos e privados, a partir da sanção da Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008, que alterou a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da LDB.

**DOI:** 10.3895/cgt.v18n50/51.22911
**Como citar:** OLIVEIRA, Eliane Basilio de. Conversando sobre gênero, cuidado e educação: no coração da sala de aula. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 18, n. 50/51, p. 1-9, jan./dez., 2025. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt. Acesso em: XXX.
**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.